

RO 2266-62.2011.5.14.0000 – Publicação: DEJT 09.11.2012

Relator: Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte

Recorrente: ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A.

Recorrido: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. NULIDADE POR AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE COATORA. PRECLUSÃO.

O ato reputado abusivo foi praticado por autoridade coatora, Desembargador Plantonista, em ocasião de recesso regimental. Foi ofertada à Desembargadora Relatora, a quem o processo foi regularmente distribuído, a oportunidade para prestar as informações necessárias. A empresa litisconsorte manifestou-se nos autos requerendo apenas a redesignação da sessão de julgamento por ausência física do aludido Des. Plantonista, ressaltando possível violação do art. 16 da Lei 12.016/09, não se insurgindo contra a ora vislumbrada ofensa referente ao procedimento prestação de informações, com base no art. 7º da mesma lei. Não tendo apontado a alegada nulidade na primeira oportunidade que lhe competia se manifestar nos autos, acarretou a preclusão em relação à arguição, conforme art. 795 da CLT. Ademais, a arguinte não sustenta qualquer prejuízo que daí pudesse exsurgir, olvidando da previsão constante do art. 794 consolidado. Preliminar rejeitada.

ILEGALIDADE DO ATO PRATICADO. A existência de pronunciamento proferido em sede de correição parcial, ainda que decorrente deste Tribunal Superior, não possui o condão de vincular a atividade jurisdicional do TRT à livre apreciação, desde que motivada, da causa que lhe foi regularmente submetida em virtude da distribuição constitucional de competência. Não há que se falar em impossibilidade de o TRT atuar como instância revisora dos atos praticados em sede correicional pelo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, muito menos que a decisão recorrida importa em descumprimento da liminar proferida nos autos das correições parciais e da decisão proferida na ação cautelar, o que de fato inocorreu na hipótese.

A autoridade requerida atuou no intuito de dar substancial cumprimento à decisão da Presidência do TST, impedindo o levantamento do numerário pelos empregados beneficiados na Ação Cautelar nº 02221.58.2011.5.14.0000, bem como buscando o retorno daquele que já havia sido levantado. Note-se que a tentativa de manejar o estorno dos valores já transferidos, em virtude da ordem cassada, buscava tão somente concretizar a ordem concedida na estreita e excepcional via da correição parcial, sob pena de torná-la inócua e desprovida do salutar conteúdo saneador, razão por que não identifique extrapolação no ato praticado. O Desembargador plantonista, ao dar cumprimento à referida decisão, convocando excepcionalmente o Juiz Lafite Mariano, titular da 1ª Vara de Porto Velho, para que procedesse às medidas necessárias, por delegação daquele Desembargador, que também respondia pelo plantão judicial, não ofendeu o princípio do juiz natural (art. 5º, LIII, da CF), haja vista que tal atuação ocorreu na forma de delegação de ato da atribuição do Desembargador, não implicando a prática de atos jurisdicionais originários que, estes sim, caberiam ao Juiz de plantão de 1º grau. Ademais, a delegação foi plenamente fundamentada, fulcrando-se no caráter de urgência das medidas e na impossibilidade do acesso imediato do referido Juiz de plantão, que se

encontrava em Rio Branco, capital do Acre, aos autos do processo que se encontravam em Porto Velho/RO. Os documentos trazidos com a inicial não comprovam, de fato, as situações narradas na inicial, notadamente aquela única que ensejaria a violação de direito líquido e certo, consistente na impenhorabilidade de salários e proventos. Deve ser ressaltada a atuação açodada do *parquet* que olvidou de produzir a necessária e adequada prova pré-constituída das violações invocadas, bem como, anteriormente à impetração, de submeter ao crivo do Juiz originário a análise pormenorizada das situações particularizadas, de forma a fazer exsurgir um possível ato efetivamente coator. **Recurso a que se dá provimento para denegar a segurança.**